

Prefeitura apresenta plano para acabar com contratações por RPA

Documento entregue à Justiça prevê concursos, processos seletivos e projeto de lei

Por Gabriel Rattes

A Prefeitura de Petrópolis apresentou à Justiça um plano de ação para encerrar todas as contratações por Recibo de Pagamento a Autônomo (RPA) no município. A medida atende a uma determinação judicial dentro de uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, que questiona o uso contínuo desse tipo de vínculo na administração pública.

Além do plano, o município também anexou aos autos uma proposta de projeto de lei que proíbe definitivamente novas contratações por RPA, salvo em situações excepcionais, como urgência ou emergência. A informação foi trazida por um veículo de notícias de Petrópolis e confirmada pela equipe do jornal Correio Petropolitano.

RPAs

O RPA é um modelo usado para contratar prestadores de serviço sem vínculo empregatício. Segundo o Ministério Público e a Justiça, o uso contínuo desse mecanismo pode configurar precarização do trabalho, além de burlar princípios constitucionais como o concurso público e a legalidade administrativa.

Por decisão judicial, a Prefeitura foi obrigada a apresentar:

- um plano detalhado para acabar com os RPAs;
- uma proposta legislativa para impedir novas contratações;
- dados sobre gastos com pessoal e a lista de profissionais contratados por RPA.



O RPA é um modelo usado para contratar prestadores de serviço sem vínculo empregatício

Educação

De acordo com os documentos enviados ao Judiciário, a Secretaria Municipal de Educação informou que encerrou todas as contratações por RPA em dezembro de 2025. Para substituir esses profissionais, o município realizou uma força-tarefa com chamamentos de aprovados no concurso público de 2022. Entre setembro e dezembro de 2025, foram convocados:

- 235 professores de Educação Básica;
- 9 educadores de Educação Infantil;
- 2 secretários escolares.

Para 2026, novos chamamentos já estão programados até março. A Prefeitura afirma que a meta é eliminar totalmente contratações temporárias na Educação até dezembro de 2026, garant-

tindo continuidade pedagógica e segurança jurídica.

Assistência Social aponta déficit

Na Secretaria Municipal de Assistência Social, a situação é mais complexa. Segundo ofício enviado à Procuradoria Geral do Município, há um déficit significativo de servidores, o que compromete serviços considerados essenciais.

Atualmente, o município conta com 286 profissionais, quando o número ideal seria de 370. Além disso, não existem no quadro efetivo cargos como educador social, cuidador e pedagogo social, funções previstas nas normas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Para substituir os RPAs, a Prefeitura informou que pretende:

- realizar um Processo Seletivo Simplificado, com previsão de conclusão em até seis meses;

- contratar empresa especializada para prestação de serviços terceirizados, com processo administrativo em andamento e previsão de conclusão em cerca de quatro meses.

A criação de cargos efetivos depende de nova legislação e estudos orçamentários, que ainda estão em fase interna.

Saúde prevê concurso público

Já a Secretaria Municipal de Saúde informou que todas as contratações por RPA serão encerradas por meio de concurso público. O processo administrativo para o concurso já foi autorizado, mas o município estima que todo o trâmite possa levar

pelo menos 12 meses para ser concluído.

Enquanto isso, a Prefeitura pediu prazo adicional à Justiça para detalhar as próximas etapas do certame.

Projeto de lei

Além do plano de ação, o município enviou uma minuta de projeto de lei que tramita na Câmara Municipal de Petrópolis.

O texto proíbe novas contratações por RPA na administração direta, permitindo exceções apenas em casos de urgência ou emergência, como: desastres naturais; surtos epidemiológicos; e necessidade de laudos técnicos imediatos.

Mesmo nessas situações, os contratos deverão:

- ter prazo máximo de 90 dias;
- ser pontuais e sem continuidade;
- não gerar vínculo de subordinação.

A proposta ainda prevê regulamentação pelo Poder Executivo e reforça princípios como transparência, moralidade administrativa e eficiência no uso do dinheiro público.

Audiência judicial

Todos os documentos — plano de ação, proposta legislativa, dados financeiros e lista de contratados — foram apresentados em atendimento direto a uma ordem da Justiça, que pode aplicar multa em caso de descumprimento.

O processo segue em análise pelo Judiciário e pelo Ministério Público, que devem avaliar se as medidas propostas são suficientes para encerrar definitivamente o uso de RPAs no município.

Prefeitura abre matrículas para a EJA 2026

Divulgação

A Prefeitura deu início ao período de matrículas para a Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA) referentes ao ano letivo de 2026. A iniciativa visa garantir o retorno à sala de aula para quem não concluiu os estudos na idade regular, oferecendo vagas que vão da Alfabetização até o 9º ano do Ensino Fundamental.

O programa é destinado a pessoas com 15 anos ou mais. Os interessados podem procurar diretamente o setor de matrículas da Secretaria de Educação, no Centro, ou no Polo no Parque Municipal Prefeito Paulo Rattes, em Itaipava, com atendimento das 9h às 17h. “Nunca é tarde



O programa é destinado a pessoas com 15 anos ou mais

para retomar os estudos. A EJA é uma porta aberta para novas oportunidades de trabalho e para a realização pessoal. Estamos com nossas equipes preparadas para acolher esses estudantes em diversas regiões da cidade”, destacou Poliana Ferrarez, Secretaria de Educação.

Documentação necessária

Para efetivar a matrícula, é necessário apresentar original e cópia dos seguintes documentos:

- Certidão de nascimento ou casamento
- RG e CPF
- Comprovante de residência

atualizado

- 2 fotos 3x4
- Histórico escolar ou declaração de escolaridade
- Cartão do SUS
- Número do NIS (caso o aluno seja beneficiário do Auxílio Brasil/Bolsa Família)
- Documentos do responsável (apenas para alunos menores de 18 anos).

As matrículas para o EJA 2026 devem ser realizadas no Setor de Matrículas da Secretaria de Educação (Rua da Imperatriz, nº 193) ou em Itaipava, no polo da Secretaria de Educação (Parque Municipal Prefeito Paulo Rattes - Estrada União e Indústria, nº 10.000).